



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



REFLEXÕES DAS BORDAS SOBRE DESIGUALDADES, HOMICÍDIOS E CHACINAS NO BRASIL:

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO VIOLÊNCIA E PERIFÉRIAS



SÃO PAULO
2021 / 2022



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores



Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria:

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vívian Farias

Reconexão Periferias

Coordenador: Paulo César Ramos

Coordenadora da área de violência: Juliana Borges

Pesquisadora responsável por sistematização do relatório:

Sofia Helena Monteiro de Toledo

Equipe: Léa Marques, Jaqueline Lima Santos, Antonio Carlos Carvalho, Isaías Dalle, Matheus Toledo, Rose Silva, Victoria Lustosa Braga, Vilma Bokany

Organizações que participaram do evento

Instituto Potinho de Amor (MA)

Rede Mães de Luta (MG)

Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio

Centro de Direitos e Educação Popular do Campo Limpo (SP)

Rede de Mulheres Negras da Bahia

Iniciativa Negra Por Uma Nova Política Sobre Drogas

Elas Existem (RJ)

Tulipas do Cerrado (DF)

AYABÁS (PI)

Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito Penal e Democracia (PA)

Associação Guerreiras Indígenas de Rondônia

Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará

Rede Nacional de Feministas Não Proibicionistas

Centro de Defesa de Direitos e Educação Popular (AC)

THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos (RS)

Fórum de Enfrentamento ao Exterminio de Genocídio da Juventude Regional Sul

Louva Deusas - Coletivo Feministas Negras

Grupo Tez (MS)

ONG Eu Sou Eu (RJ)

Conectas Direitos Humanos

Coletivo Afromack

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS	07
PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PESQUISAS	10
RACISMO, VIOLÊNCIA E DESIGUALDADES NO BRASIL	15
SEGURANÇA PÚBLICA: CHACINAS E VIOLÊNCIA	21
UM PROJETO POLÍTICO DAS PERIFÉRIAS PARA O BRASIL....	28
DIRETRIZES GERAIS E RESULTADO DAS DISCUSSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO	32
APÊNDICE: CARTA PÚBLICA DOS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO CHACINAS E VIOLÊNCIA NAS PERIFÉRIAS - CHACINA DO JACAREZINHO	42
APÊNDICE: CARTA DO RIO GRANDE DO SUL PARA O BRASIL VER	45

SEMINÁRIO DE VIOLÊNCIA E PERIFÉRIAS

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

1. INTRODUÇÃO

O projeto Reconexão Periferias realizou, nos dias 06 e 07 de maio de 2021, o Seminário de Violência e Periferias com o objetivo de discutir o resultados das pesquisas realizadas no projeto, “*Desigualdade na vitimização de jovens negros e negras no Brasil*” e “*Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil*”. As discussões foram em conjunto com representantes de mais de trinta organizações sociais de todo país, presentes em nosso mapeamento e rede de entidades das periferias, que atuam com a temática de combate ao racismo e a violência em seus respectivos territórios. Nossa proposta é que, as já existentes e ricas contribuições de estudiosos, coletivos e organizações periféricas que conosco dialogam formem um amálgama que incida na agenda de discussões e formulação de políticas públicas transformadoras e radicalmente inclusivas para o país.

Iniciamos os dois dias de seminário com uma apresentação cultural, tendo em vista que cultura é o espaço que mais tem propiciado às periferias não apenas a criação de momentos de lazer, mas a capacidade de inventividade, formulação, espaços educacionais e de produção de conhecimento, além de geração de emprego e renda. Desse modo, essa foi nossa maneira de receber todos, todas e todos nesse espaço de troca. Tivemos mesas expositoras que buscaram não apenas apresentar os acúmulos das pesquisas desenvolvidas no âmbito do eixo temático de violência, mas as principais formulações que especialistas da área que estiveram presentes têm realizado. As mediações foram como provocadores de perguntas e trocas que somaram ao debate posterior realizado nos grupos de trabalho.

No dia 06 de maio, a abertura do evento foi com o vídeo da campanha “#Parem de Nos Matar”, realizada em parceria com o Reconexão Periferias, e as apresentações poéticas de Patricia Meira, Jéssica Campos, Tawane Teodoro e Andrio Candido. A mesa do primeiro dia de encontro, “*Racismo, Violência e Desigualdades no Brasil*”, contou com a presença de Felipe Freitas e Paulo Ramos, e teve como objetivo provocar reflexões a partir dos resultados da pesquisa “*Desigualdade na vitimização de jovens negros e negras no Brasil*”. As discussões sobre as complexidades em torno dos homicídios no Brasil acabaram por subsidiar discussões dos Grupos de Trabalho que formularam propostas para uma agenda comum destes pesquisadores, ativistas e coletivos periféricos sobre Segurança Pública e Política Criminal no país.

No segundo dia de encontro, a abertura artística foi com a presença do DJ Fire. A mesa “*Segurança Pública: chacinas e violência*” com David Marques e Sofia Toledo, com mediação da Juliana Borges, fez um compilado do cenário de violência atual no país e expôs os principais resultados da pesquisa “*Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil*”. Assim como no primeiro dia, as pessoas presentes foram direcionadas para GTs para discutir propostas de pesquisa e de ação política a partir das pesquisas desenvolvidas no projeto e acúmulo das mesas. A mesa de encerramento “*Um projeto político das periferias para o Brasil*” contou com a presença de Rosane Borges e discutiu possíveis caminhos que podemos seguir frente à conjuntura política atual e o protagonismo das periferias nesse processo.

Os efeitos da pandemia assolam nosso país de modo trágico. A essas características e somatória de ameaça à saúde ocasionada pelo vírus e as profundas desigualdades que agravam o quadro pandêmico, a Organização Mundial de Saúde tem denominado “*síndemia*”. Nosso país, para além de ser um dos principais focos de novas variantes do novo coronavírus, ainda enfrenta uma política de morte sendo implementada pelo atual governo. Assim, respeitando as orientações de organismos internacionais e de especialistas, realizamos nosso encontro de modo virtual por meio da plataforma zoom.

A plataforma possibilitou a criação de grupos no ambiente virtual da sala de reunião e foram realizados debates aprofundados em grupos de trabalho menores. Nos dois dias, após a mesa de abertura, as pessoas foram distribuídas em três GTs com o objetivo de pensar como os resultados das pesquisas poderiam jogar luz sobre o fenômeno da violência no Brasil, passando pelos homicídios, chacinas, feminicídios e visando possíveis formulações no campo da segurança pública e das relações raciais no país. Ao retornar à sala principal, uma pessoa de cada GT apresentou as principais formulações e propostas, todas foram discutidas coletivamente e sistematizadas por membros da equipe Reconexão Periferias e pelos presentes para uso na construção deste relatório final.

O segundo dia do Seminário de Violência e Periferias aconteceu no momento em que ocorria a operação policial mais letal na história do Rio de Janeiro, a Chacina de Jacarezinho, que durou mais de 9 horas e que culminou na morte de 28 pessoas, entre elas um policial civil. O caso, cujo os desdobramentos foram acompanhados por muitos que estavam presentes no evento, foi um atravessamento emblemático no momento em que nos reunimos para discutir a letalidade da população negra, a violência policial nas periferias, os mecanismos do racismo que promovem um ceifamento de vidas negras que parecem não gerar comoção. Portanto, há em anexo ao presente documento, uma carta pública de todas, todes e todos que estiveram no seminário sobre a Chacina de Jacarezinho.

O seminário também foi o último evento do projeto Reconexão Periferias que nossa querida Malu Viana, a MC Flor do Gueto, participou. Ela veio a falecer no dia 12 de junho de 2021 e desde então vivemos de saudade. Uma das primeiras mulheres a fazer Rap no Brasil, Malu esteve presente nas principais lutas de sua geração. Organizou

frentes de mobilização do hip hop desde o final dos anos 1980; colaborou com o Projeto Juventude do Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo; foi presença marcante nas primeiras edições do Fórum Social Mundial, ajudando em sua construção e, assim, dos sonhos de outro mundo possível; atuou na organização do I Encontro Nacional de Juventude Negra e do Fórum Nacional de Juventude Negra; foi Articuladora do Plano Juventude Viva; passou a integrar o quadro de filiadas ao Movimento Negro Unificado (MNU) em 2020. Nos últimos anos, vinha colaborando com a Fundação Perseu Abramo no Projeto Reconexão Periferias, onde sua atuação foi marcada pelo destacado entusiasmo que lhe era característico quando acreditava numa ideia. No Seminário de Violência e Periferias, não foi diferente. Sempre muito lúcida sobre a forte presença do racismo e da violência no Rio Grande do Sul, defendeu que levassemos mais a sério as manifestações racistas nesse território e buscássemos fortalecer os movimentos negros que se contrapõem à hegemonia branca no Sul do país. Em anexo, incluímos a Carta do Rio Grande do Sul ao Brasil que ela nos enviou um pouco antes de partir. Ela nos deixa com muita saudade e tristeza pela perda, mas também com a admiração e força para continuar na luta.

Malu Viana, presente!

02

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS



O projeto Reconexão Periferias nasceu a partir da deliberação do Diretório Nacional do PT, que em sua oficina de planejamento realizada em Julho de 2017 aprovou que o Partido deveria voltar-se às bases, ou seja, ampliar, fortalecer e dar centralidade às relações com os movimentos sociais por meio do debate das pautas das periferias. Desde outubro de 2017 a Fundação Perseu Abramo, instituição partidária criada em 1996 para desenvolvimento de debates, estudos e pesquisas, vem realizando este projeto em parceria com diversos atores e movimentos.

O nome Reconexão Periferias carrega o duplo simbolismo de que não estamos começando agora, porque o Partido dos Trabalhadores tem uma trajetória histórica de atuação e envolvimento com as pautas das periferias; mas significa também que não podemos deixar de levar em conta que é necessário reconectar o Partido com as periferias, dando voz aos indivíduos e coletivos, difundindo a produção de conhecimento e buscando influenciar no debate sobre programa, estratégia e políticas públicas.

Essa iniciativa vem sendo construída a muitas mãos, contando com a colaboração de ativistas, coletivos, movimentos, artistas e pesquisadoras e pesquisadores das periferias. Como resultado dos espaços de diálogo, estabeleceram-se três eixos de atuação prioritária: cultura, trabalho e violência. Cada eixo possui pesquisas que são realizadas dentro do projeto e publicadas em Dossiês e relatórios. As três áreas possuem pesquisas realizadas e em andamento.

Há um contínuo mapeamento de organizações e movimentos sociais das periferias que vem sendo realizado desde 2018 com organizações das periferias de todas as unidades federativas do país com atividades pautadas nas áreas de cultura, trabalho e/ou violência. Atualmente, são 820 organizações e movimentos sociais mapeados, elas compõem a “Rede Reconexão Periferias” e participam dos fóruns, seminários e revistas do Projeto.

Entre o fim de 2018 e início de 2019, surgiu a necessidade de expandir as atividades do projeto para os territórios de todo o país, fortalecendo o contato com coletivos e organizações mapeadas e outras entidades das periferias. Os Fóruns Regionais tiveram a aproximação e troca como objetivos principais, neles pudemos conhecer as organizações da nossa Rede e apresentá-las umas às outras, fortalecendo a expansão dos coletivos e trabalhos em parceria por todo o país. Os Fóruns foram realizados pelo Reconexão Periferias e Difusão do Conhecimento, ao todo contaram com a participação de 480 pessoas de 344 coletivos, organizações e movimentos sociais de 23 unidades da federação.

Outra ação do projeto junto às periferias é a Chamada Pública, realizada em maio de 2020, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert, destinada às organizações e coletivos da Rede Reconexão Periferias. Dentre quase 100 propostas inscritas, 28 foram selecionadas, contemplando todas as regiões do país e coletivos de diversos segmentos. Devido aos imprevistos da pandemia muitas atividades tiveram cronogra-

mas reajustados, por isso ainda teremos atividades vinculadas à Chamada Pública até o fim de 2021.

Atendendo às alternativas de interação em um contexto virtual e visando a divulgação da revista semanal do projeto, lives do Reconexão Periferias foram realizadas semanalmente entre abril e setembro no instagram do Projeto, @reconexaoperiferiasfpa, e de setembro adiante no canal do youtube da FPA. Em fevereiro e março de 2019, o boletim mensal foi ampliado para o que atualmente é a Revista Reconexão Periferias. Atualmente, o conteúdo da revista engloba outras pesquisas do projeto para além do mapeamento e artigos da equipe e de convidados sobre a temática do mês, sempre guiada pela agenda dos movimentos sociais.

Por fim, em fevereiro de 2021, começamos o Sorteio Literário Reconexão Periferias mensal no instagram @reconexaoperiferiasfpa, aberto para a rede de mapeados e para o público geral. Os livros sorteados variam entre aqueles publicados pela Editora da Fundação Perseu Abramo, ajudando a circular o material produzido, mas também sorteios realizados em parceria com outras editoras, como a Editora Boitempo, Banca Higienópolis, Companhia das Letras, Editora Zahar e Editora Dandara, fortalecendo o acesso da rede do projeto à esses materiais que muitas vezes servem como base para discussões e formações de coletivos.

03

PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PESQUISAS



3.1. “Desigualdade de raça na vitimização de jovens por feminicídios e homicídios no Brasil: 2000-2018”

A partir da construção de um banco de dados nacional, com base no DATASUS, sobre a vitimização de jovens negros e negras no Brasil, abrangendo o período de 2000 a 2018, a proposta de análise da pesquisa foi de alimentar, aprofundar e intensificar as discussões sobre o tema da alta incidência da mortalidade por violência na população jovem negra.

De certo que, em sendo estrutural, a vitimização de jovens no Brasil tem na questão racial um centro. Contudo, como tornar complexo nosso olhar sobre como o fenômeno da violência se presentifica na vida desses jovens negros e negras? As precariedades e desigualdades sociais, educacionais, econômicas, territoriais, impactam de que modo no aumento da incidência de mortes violentas entre jovens? Essas foram algumas das perguntas norteadoras da pesquisa.

A metodologia envolveu a formulação de exposição do alto impacto das mortes violentas na população juvenil negra por meio de dados e reflexões sobre a violência nos últimos 20 anos no Brasil a partir dos indicadores de sexo, idade e territorial. Assim, o estudo utilizou como fonte de informação os bancos de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do DATASUS, do Ministério da Saúde, estabelecendo relação com dados de perfil da população.

Como indicador analítico de território, decidimos pelos municípios, limitando-os a um universo de 100 cidades. Os critérios para essa seleção se realizaram entre os municípios que registraram mais óbitos em decorrência da violência, mas também para garantir a dimensão nacional da pesquisa, com diversidade regional, bem como de porte dos municípios. Contudo, tendo a pesquisa um banco de dados de óbitos por agressão e por armas de fogo dos 5.570 municípios e do Distrito Federal, de 2000 a 2018, quais seriam as outras reflexões, perguntas e cruzamentos possíveis para serem exploradas?

Os 100 municípios selecionados, que envolvem todas as capitais e regiões metropolitanas, regiões que concentram a maior parte dos homicídios e feminicídios, concentram 61,38%, ou 561.060 em números absolutos, das mortes de jovens no país; foram em decorrência de agressão e 45,52% por armas de fogo. É possível, ainda, segundo os dados coletados, perceber as diferenças em como a violência se realiza em territórios diferentes.

Certamente, a maior concentração e incidência de fenômenos de violência letal numa determinada área ou sobre um determinado grupo está relacionada a uma gama bastante ampla de fatores e causas o que dificulta não só uma delimitação estatística e quantitativa do problema como também exige forte aparato teórico qualitativo para suplementar as investigações e descrever, compreender e incidir sobre estes fenômenos.

Uma das conclusões da pesquisa foi que a violência não está necessariamente associada à pobreza, mas, relaciona-se preponderantemente ao pertencimento racial, sexo, idade, local de moradia e às condições sociais de vida destas pessoas e grupos sociais. Outra questão importante na pesquisa foi a compreensão de que gênero não é apenas um recorte ao observarmos o fenômeno da violência, mas uma estrutura das violências e vitimização de jovens no país.

O que se destaca na análise dos dados sobre mortes violentas no Brasil é que mesmo que outras variáveis interajam na composição do fenômeno é a raça o fator que mais se destaca nos diferentes modelos analisados. Mesmo quando isolada em relação a outras variáveis, a raça segue ampliando a vulnerabilidade de jovens do sexo masculino à ocorrência de mortes violentas, o que comprova que os estereótipos raciais, associados às históricas desvantagens de negros e negras na sociedade brasileira, compõem um elemento central na compreensão dos casos de mortes violentas e precisa ser tomado como eixo estrutural das análises sobre o tema.

3.2. Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil

A pesquisa “Chacinas e Politização das mortes no Brasil” buscou construir um mapa das chacinas no país. A problemática constituiu-se para analisar a dinâmica da violência no Brasil de forma complexa, com enfoque nas ocorrências de “homicídios múltiplos com três ou mais vítimas fatais”, que são comumente referidos no discurso jornalístico como “chacinas”. Uma das principais dificuldades em se aprofundar no fenômeno das chacinas é a ausência de estatísticas oficiais sobre esses casos uma vez que “chacina” não está no Código Penal. O termo é utilizado principalmente no meio jornalístico, o que justifica o reconhecimento da imprensa enquanto uma fonte de dados importante para o mapeamento dos principais contornos das chacinas no país.

Para isso, buscamos descrever o fenômeno (seus atores, suas dinâmicas, suas motivações e reações), a diversidade de contextos em que ocorreram (conflitos de terras, disputas do mercado de drogas, conflitos envolvendo policiais, etc.) e as mobilizações políticas decorrentes. Nosso intuito, com isso, é compreender os atores e motivações por detrás dos indicadores e estatísticas de violência de modo a contribuir para a reflexão de alternativas de atuação específica em cada contexto.

É importante ressaltar que há um viés próprio da fonte, além de uma cobertura maior de casos no eixo sul e sudeste do país, muito casos não são noticiados e aqueles que recebem atenção por parte da mídia jornalística tem seus principais atores, motivações e suspeitas informados, na maioria das vezes, a partir de relatos de Policiais Militares na cena do crime. Há um déficit no recolhimento de narrativas de outros sujeitos envolvidos como familiares, testemunhas, moradores do local, representantes de movimentos sociais atuantes nos casos que possam apresentar outras narrativas

e até mesmo colocar em questionamento o posicionamento oficial dos agentes de segurança do Estado.

As chacinas compõem um leque de repertório de ação que fornece uma leitura dos principais conflitos violentos que se desenrolam em diferentes contextos e regiões do país, um recurso marcante e dramático que é utilizado em meio a dinâmicas violentas, que antecedem e sucedem os casos de chacinas. Estas passam a compor uma etapa em meio a um processo contínuo de conflitos que não se encerra no âmbito de mais de três pessoas em um mesmo local, mas que possibilitam por meio destes uma leitura mais profunda em torno da violência no Brasil. Por isso, as chacinas se apresentam sob tantas e diversas motivações como feminicídios, disputas nos mercados de drogas, conflitos agrários, atuação de milícias e grupos de extermínio, operações policiais, pois elas refletem as dinâmicas violentas e a gramática dos conflitos da localidade onde ocorrem.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi produzido um banco de dados sobre casos de chacinas a partir de notícias de veículos de imprensa de todo país. Para isso, foi utilizada a ferramenta de busca do Google. Essa pesquisa se desenvolveu em duas etapas. Na primeira, focamos na elaboração do banco de dados; em uma revisão bibliográfica sobre violência e chacinas (já disponível entre as publicações da Fundação Perseu Abramo); a categorização e análise dos dados coletados; e a elaboração de tipologia das chacinas no país. Na segunda, ainda em desenho, avançaremos sobre a análise de casos emblemáticos, investigando como esse fenômeno se politiza e quais as repercussões no país (a previsão é que essa fase seja desenvolvida no primeiro semestre de 2021).

Nos casos de chacinas entre 2015 e 2019, a maior parte das vítimas são jovens entre 18 e 29 anos, os homens correspondem a maioria dessas vítimas fatais. O campo raça/cor é uma informação que a imprensa não tem como prática noticiar, esse desinteresse em torno do perfil racial das vítimas fatais em caso de chacinas é um indicativo das limitações e do viés presente na fonte de dados selecionado nesta pesquisa. Deste modo, a classificação foi realizada a partir de fotos, quando disponibilizadas nas reportagens, pela pesquisadora responsável pela coleta dos casos. Contudo, verificamos ser necessário aprimorar essa categoria de raça/cor por meio do procedimento de heteroclassificação futuramente.

Há poucos registros no banco de dados sobre a atuação da sociedade civil e repercussões de movimentos sociais em torno dos casos, mas essas ações são de suma importância para compreensão das lutas de combate a violência no Brasil. Muitos movimentos sociais que atuam na luta contra o genocídio da juventude negra, violência policial, na defesa dos direitos humanos se formaram a partir de casos de chacinas como “Mães de Maio”, “Mães de Acari”, “Rede de Combate a Violência”, o que possibilita meios de aprofundamento nas formas de organização, demandas, objetivos e perfil das pessoas que articulam esses movimentos que interferem na dinâmica políti-

ca e jurídica dos casos e na repercussão destes.

A pesquisa pretende, na próxima etapa, coletar relatos de familiares e de representantes dos movimentos sociais que surgiram a partir dos casos e/ou que atuam no acompanhamento e repercussão destes. Essa coleta faz-se essencial tendo em vista que a maioria das informações obtidas na construção do banco são em alguma medida enviesadas por parte da mídia e da corporação policial. Para além disso, é de suma importância recuperação e registro das memórias não oficializadas sobre os casos, memórias dos familiares das vítimas e movimentos sociais envolvidos. Tal memória “subterrânea” pode servir como instrumento não só de registro dos casos a partir de outras narrativas, como também de disputa em torno da história “oficial” dos casos e das vítimas veiculadas pela mídia e pela Polícia.

04

RACISMO, VIOLÊNCIA E DESIGUALDADES NO BRASIL



O objetivo da mesa foi fomentar as discussões em torno da vitimização de jovens negros e negras no Brasil, apresentando os principais desafios enfrentados pela população negra no combate ao racismo e a violência letal que atinge esse grupo social historicamente. Com a presença de Felipe Freitas e de Paulo Ramos, a mesa serviu também como subsídio para as discussões dos Grupos de Trabalho, composto por coletivos periféricos de todo território brasileiro, que formularam propostas para uma agenda comum em torno da Segurança Pública, Política Criminal e Relações Raciais no país.

4.1. Felipe Freitas

No Brasil, a violência é estrutural não no sentido da violência própria do capitalismo, de sociedades desiguais, mas sim da violência que integra nossa formação social de maneira decisiva e que se naturaliza justamente pelo seu não-reconhecimento. Quando expressamos nossa indignação e raiva diante da violência e brutalidade estatal, ouvimos como resposta uma afirmação que tenta relativizar essa dimensão da vida social, reforçando a permanência de nossa sociedade violenta. É necessário discutir esse não-reconhecimento para entender a combinação letal entre racismo, violência e desigualdade. O Brasil produziu um modo específico de transformar a violência em um dado natural, o número de pessoas que são mortas e as formas pelas quais nos relacionamos, evidenciam a violência. Em uma sociedade com tamanho grau de tolerância às práticas de violência, tem-se um terreno fértil para emergir figuras com características como as de Jair Bolsonaro, é importante pensar a naturalização desse sentido de poder enquanto virilidade pois este se torna possível justamente na naturalização dos processos de violência.

Um segundo plano é olhar como naturalizamos em nossa história uma confusão entre público e privado, inclusive nas nossas formas de organizar políticas de segurança pública e respostas estatais nesse campo. Os intérpretes do Brasil associam a violência das polícias à ditadura militar, que influenciou com estruturas autoritárias, mas não fazem referência à escravidão, não conectam com outras expressões muito próprias do Brasil onde a forma de organização social foi rasurando as distinções entre público e privado, e disto nasceram as milícias, os grupos de extermínio, esquadrões da mortes. Estes não são uma invenção contemporânea, mas sim uma reinvenção da experiência histórica de como se formaram os jagunços do começo do século XX, de como se estruturaram as noções de coronelismo numa persistente rasura entre público e privado, os bandeirantes e do glorioso ethos da formação do estado de São Paulo. Não há história do Brasil que não seja construída nessa rasura entre público e privado constantemente, por exemplo, para a formação de São Paulo foi feito um consórcio público-privado para construir grandes avenidas, mas também com intuito de matar indígenas. Um modo de organização que funciona para os Bandeirantes, para os Jagunços, para os Esquadrões da Morte nos anos 1970 e que funciona para as milícias, é um ethos de consórcio público-privado para exercer violência.

Qual o ponto de encontro desses diferentes interesses, do público com privado, do policial e do judicial? Onde se encontram? Na secular tradição brasileira de matar negros e indígenas. Esse é ponto de encontro das elites nacionais, matar e naturalizar a morte da população negra, é o lugar onde diferentes frações dessa elite nacional, ou seja, a grande elite do mercado financeiro, a elite do capital produtivo nacional, os industriais do centro-sul do país, os ruralistas do centro-oeste, se encontram nesse expediente de matar pessoas negras. Essa é a base de explicação do Brasil, a partir dessa combinação entre produzir desigualdades, usar da violência como prática, confundir as relações entre público e privado, a partir da dominação de pessoas negras e da eliminação das mesmas. Esse é o acordo sobre o qual o país está montado. De modo que, as periferias se tornam o lugar por excelência onde a discussão da democracia e do estado de direito ficam fora de tom. Ainda mais grave é não entender o quanto as categorias políticas que organizam o debate nacional produzem poucos significados para essas comunidades periféricas, que estado de direito é esse que mata 24 pessoas numa ação estatal?

Um outro aspecto de descaso do nosso campo progressista de esquerda, é pensar que o interesse sobre o debate da CPI ou da votação de Lei de Segurança Nacional, passa muito mais por como vamos jogar o jogo eleitoral do que como vamos descolar as relações reais de poder na sociedade, as condições materiais de sobrevivência das pessoas, os fatores reais do poder e de vida. São esses os recados das periferias que a sociedade brasileira precisa ouvir, alertas que chegam pela voz de Mano Brown no ato com Haddad na última eleição presidencial, no encontro do Seminário de Violência e Periferias com coletivos periféricos de todo país, no fenômeno de resistência após o assassinato de Marielle Franco.

Não é possível produzir uma leitura de Brasil sem colocar no centro aqueles que são alvo da violência do Estado e do capital, esse é um debate importante para atualizar nossa conversa, falar de segurança pública, de violência, é falar de Brasil. As pessoas estão preocupadas com milícias, tráfico de drogas, violência policial, mas também com crimes de patrimônio. O roubo de celular, por exemplo, também é uma questão central na vida das pessoas, diz respeito a reprodução das condições materiais de sobrevivência das pessoas. Tudo isso diz respeito à maneira como o Brasil se organizou, a partir dos pilares da naturalização da violência e a total indistinção entre público e privado, que tem como ponto de encontro matar pessoas negras.

4.2. Paulo Ramos

Atualmente, sobretudo após a morte de George Floyd, parece que houve uma mudança no padrão de como se discute relações raciais e violência no Brasil na cena pública. Se houve mudança de padrão, é menos provável que se discuta violência sem falar de racismo, e menos provável se discutir racismo sem falar de violência. Se agora é menos provável, por que antes não era?

Embora sempre tenha existido uma grande preocupação dos atores negros de falar sobre violência, especialmente violência policial, havia uma preocupação dos atores do âmbito dos direitos humanos em falar sobre racismo ou havia uma convivência harmoniosa entre brancos e racismo no âmbito dos direitos humanos, ao ponto do racismo ser bem vindo e inquestionável?

Sobre a origem das policiais, se a origem da repressão policial não tem sua raiz no arranjo institucional da ditadura militar, mais especificamente de 1969, estaria nos anos 1930, 1940 no Getúlio Vargas? Ou data da vinda da família real para o Brasil quando a primeira força policial foi montada? Significa falar de uma razão colonial por trás da força policial, em termos fanonianos, uma origem colonial que pensa inimigo interno, território colonial, e que estaria nessa razão a origem de violência como vemos hoje, sobretudo, as chacinas. As chacinas apresentam a dimensão da violência não apenas como execução de pessoas, mas como ato a ser celebrado, comunicado, expresso, são mortes que precisam acontecer de modo tão dramático quanto precisam ser simbolizadas, precisam ocupar um espaço no imaginário se tornando um símbolo, uma mensagem direcionada a atores públicos.

Se usamos o termo genocídio com tanta frequência, mas temos pouca ação em tribunais do movimento negro para denunciar o crime de genocídio do Estado brasileiro, além do seu sentido histórico, político, genocídio tem viabilidade política? O quão limitada é ela? Na ideia do termo do genocídio, sempre tem um limitador que é querer denunciar o Estado, querer que este seja criminalizado e que pague um preço por isso, qual a perspectiva positiva e afirmativa de uma bandeira como essa? É necessário construir novas utopias, uma agenda afirmativa, o que há de ser construído? Evidente que há questões urgentes a serem respondidas, mas não podemos perder de vista utopias possíveis.

Os estudos sobre a ditadura militar apontam que as bandeiras desse período se balizavam nas bandeiras do desenvolvimento e da segurança, de que maneira a relação com essas palavras também nos amarra, no sentido de criar agendas propositivas? A ideia de querer discutir segurança pública na esquerda, pode ser produtiva verdadeiramente ou a partir do momento que assumimos a palavra ela não é por si própria uma amarra?

4.3. Réplica: Felipe Freitas

Existe uma dúvida se é de fato improvável que haja discussão sobre segurança pública sem relações raciais, uma vez que há retrocessos assustadores apesar de uma maior visibilidade e força da questão racial no debate público, fruto de avanços históricos que o movimento negro logrou na sociedade, há aumento de pessoas negras nas universidades, maior dramaticidade e evidência de informações e constatações da violência racial, mas fica o questionamento se houve uma mudança de padrão, pois o racismo é um fenômeno que se refaz no tempo.

A grande luta histórica do movimento negro foi, durante muito anos, denunciar e evidenciar que o racismo não era um fenômeno que se manifesta somente no plano das ofensas verbais, mas sim que diz respeito a estrutura da sociedade, as relações sociais, econômicas e políticas. Isso que foi uma conquista, está sendo rapidamente transformado, pelo fenômeno do racismo, em uma justificativa para não debater relações raciais. O argumento do racismo estrutural passa a ser utilizado como salvo conduto para manter as práticas de relações raciais violentas. Temos que ter refinamento teórico, as categorias servem para dizermos com maior precisão, as palavras importam e a forma como as utilizamos também, mas no momento em que estas passam a ser utilizadas como subterfúgio para fugir do centro de debate é melhor não utilizar, é preciso falar de racismo estrutural reconhecendo o que representa como categoria analítica. Quando produzimos novas respostas, o racismo se reconfigura gerando novas perguntas.

Outro ponto problemático, é um certo palavrório que simplifica as contribuições e produções de intelectuais negras, muitas vezes se referindo a elas como se todas concordassem, como se as falas negras fossem sem contextos, atemporais, é necessário ter um aprofundamento das especificações das contribuições dessas diferentes intelectuais. E ainda mais, é preciso ler essas autoras, mas também ouvir familiares de vítimas, movimento de mães, Débora, Mônica, Ana Paula. O excesso de categorias nos impede de nos conectarmos com a dimensão visceral do racismo que é a morte de pessoas negras, o refinamento teórico nos ajuda por meio das categorias a falar sobre assuntos tão difíceis, para ajudar a dizer com mais precisão, mas se isso não está produzido visando a comunicação e a conexão com o que é central, devemos repensar.

Em relação a convivência harmoniosa do mundo branco com o não debate racial, está sendo reconfigurado nessas práticas de escapismo citadas e que são muito perigosas. Antes as pessoas podiam falar um dia inteiro sobre a história dos direitos humanos no Brasil, sem falar de racismo. Atualmente, elas podem falar o dia inteiro sobre racismo e não se conectar com as pessoas vítimas da violência racial porque supostamente aprenderam uma gramática, uma semântica, uma tecnologia de comunicação sobre o tema que faz com que ele fica mais palatável, tornando possível falar extensamente sobre racismo, usando categorias que não conectam com a dor, um léxico sem semântica que não produz afetação. É preciso falar de racismo até o momento em que isso gera em nós, que estamos falando, um incômodo. Falar de racismo é sentir e provocar dor, e esta precisa ser atravessada para produzir luta.

Sobre a formação e origem das policiais, tal como conhecemos, está muito mais nos debates parlamentares do período entre o fim do tráfico de escravizados e a abolição, e depois no pós abolição, entre 1888 até 1930. Criamos um modelo de polícia no Brasil que tem muita relação com controle do sentido de desordem no espaço público, sua gênese não está em funcionar como defesa do Poder Real, todas as vezes que o poder precisou da força pública deu errado, porque nossa tradição é de forças públicas que dão golpes. Não temos tradição próxima dos modelos de polícia norte

americano, vocacionado a um controle de incivilidade. Nossa polícia controla sentido de ordem no espaço público, isso por menos influência da ditadura Vargas, menos de ditadura militar, e muito mais de reforma Pereira Passos, muito do debate que se estabeleceu sobre o que fazer com grande contingente de pessoas negras nas cidades brasileiras, no final do século XIX e início século XX, que estavam organizadas, que tinham relações internacionais, estavam na disputa intelectual, organizando greves. Transformar isso em uma questão policial foi uma maneira útil de resolver vários problemas do poder no Brasil, como a necessidade de formar uma polícia, de evitar grandes sublevações políticas, de criar sentido de espaço urbano.

Isso não é relativizar ou minimizar o peso da ditadura militar, ela criou a Invernada de Olaria, a Vala de Perus, que depois foi utilizada para enterrar tanto presos políticos quanto vítimas dos esquadrões da morte, ou seja, as tecnologias de horror vão se combinando ao longo do tempo. Um exemplo, é o caso de outubro de 1964, da morte de Cara de Cavalo, famoso bandido carioca, que foi morto com 61 tiros. Já tinha tido o golpe, mas essa lógica já existia, já era uma cultura originária das polícias, que estava associada à velha tradição de controle da ordem pública e da execução de pessoas negras, o nome animalizado, como exemplificado no caso acima, é direcionado a pessoas negras em nossa sociedade escravista.

Sobre o termo genocídio, ele surgiu para nomear o que não tem nome. Para os juristas, como eles vão nomear a situação das pessoas negras no Brasil? Nós estamos nomeando de genocídio, eles que nomeiem como quiserem. O poder tem que dizer que nome vai dar e sempre prefere não nomear, um exemplo é o que se passa com Bolsonaro, onde apresentamos elementos de que ele é genocida e os juristas dizem que não, então o que ele é? Ele é um presidente democrático? Temos que fazer a pergunta girar, ver o poder definir o que ele é. A norma jurídica tem que se ver nesse debate, essa pessoa que faz o que Bolsonaro faz, que nome vai ter? O direito existe para nomear as coisas (devedor, credor, locatário) exercício do poder para estabelecimento de nomeações, então nomes importam no direito e devemos fazer essa pergunta para o jurídico também.

05

SEGURANÇA PÚBLICA: CHACINAS E VIOLÊNCIA



O objetivo da mesa foi discutir o cenário geral da violência no Brasil, com indicadores do Fórum de Segurança Pública, e articular essa conjuntura com o fenômeno das chacinas, por meio dos resultados da pesquisa “Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil”. Com a presença de David Marques e Sofia Toledo, a mesa levantou discussões em torno do papel da mídia na reportagem de casos de chacinas e no apagamento do perfil racial das vítimas nas notícias; como as supostas motivações dos casos de chacinas são um espelhamento da dinâmica da violência local e dos conflitos presentes em cada território brasileiro; e as diferentes repercussões que os casos de chacina têm, entre os movimentos sociais, na política institucional, no judiciário e na mídia. A mesa também serviu como subsídio para as discussões dos Grupos de Trabalho.

5.1. David Marques

A apresentação buscou falar sobre a violência no Brasil partindo de um quadro mais amplo, com dados de outras fontes, como do Fórum de Segurança Pública, além da apresentação dos dados da pesquisa “Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil”. Nosso ponto de partida deve ser o reconhecimento de que o Brasil, muito embora em algumas narrativas seja retratado como uma sociedade cordial, é também um país atravessado fortemente pela violência. Tentamos oferecer um retrato disso no debate público, mas há uma dificuldade em sensibilizar e desnaturalizar o nível de violência letal que temos no país, uma questão central na trajetória brasileira. Buscamos, portanto, um olhar que não considere esse retrato da realidade brasileira como natural.

Temos no Brasil, de acordo com o Atlas da Violência, aproximadamente 48 mil mortes violentas intencionais em 2019, apesar da redução de 20%, em 2020 houve um crescimento dos homicídios. Nessas mortes violentas intencionais, a principal causa são os homicídios, seguida por mortes decorrentes de intervenção policial, em 2019 foram mais de 6.300 mortes, 13,3% do total de homicídios no país. A distribuição da violência, especialmente a letal, não é homogênea no tecido social brasileiro, em 2019, 74,4% das vítimas foram negras, 51,4% eram jovens de até 29 anos e 72,5% dos crimes foram cometidos com arma de fogo, temos um perfil específico de quem está, historicamente, em maior situação de vulnerabilidade no país.

Ao observar de forma desagregada cada tipo de violência, é notável que, ao se tratar de vítimas de intervenção policial, 79,1% são negros e 74,3% são jovens, existe uma concentração no perfil vitimado pelas atuações policiais que é fortemente racializado. Ao analisarmos os policiais vítimas, a maior parte também são negros (65,1%), mesmo não sendo a maioria dos agentes policiais. Em relação à violência contra crianças e adolescentes, que representou 10,3% das vítimas de assassinato em 2019 no país, 75% eram negras e 91% eram do sexo masculino.

No mesmo ano, tivemos o crescimento dos registros de agressão contra população LGBTQIA+, embora seja um dado que precise ser melhorado em termos de notifica-

ção oficial, há organizações que fazem o levantamento, como a ANTRA¹, a partir de notícias de jornais e de denúncias de redes de movimentos e grupos que atuam com o tema. A partir desses levantamentos não oficiais, o número dos casos registrados chega a ser três vezes superior aos dados oficiais, estes têm uma cobertura de apenas 12 UFs brasileiras e apresentaram em 2019 um aumento de 6% dos registros de agressão contra essa população.

Sobre violência doméstica e sexual, em 2019 foram registradas oficialmente uma agressão física a cada 2 minutos, no total foram 267.930 registros de lesão corporal dolosa em decorrência da violência doméstica. Os registros sobre estupro e estupro de vulnerável apontaram para 66.348 vítimas, 1 caso a cada 8 minutos, as vítimas em sua maioria tinham no máximo 13 anos (58,8%) e do sexo feminino (85,7%). Houve crescimento de 7,6% nos casos de feminicídio, das vítimas 66,6% eram negras, 56,2% tinham entre 20 e 39 anos e 89,9% foram mortas pelo companheiro ou ex-companheiro.

O Brasil tem um sistema de segurança pública que funciona muito mal porque o número da violência não apresenta redução, há uma produção muito grande de mortes, especialmente por atuação da polícia, e também temos um sistema carcerário que encarcera muito. Tínhamos 755.274 pessoas privadas de liberdade em 2019, na qual 66,7% destas são negras, em comparação com 2015, houve um aumento de 8,3% de pessoas com esse perfil racial no sistema carcerário, enquanto a presença de pessoas brancas diminuiu de 39,8% em 2015 para 32,3% em 2019. Ou seja, a desigualdade racial que se expressa na violência letal também se manifesta no sistema prisional e vem se acentuando ao longo do tempo. Outro problema é o déficit de vagas que chegou em 2019 a 305.660, esse cenário acaba por agravar as condições de cumprimento em presídios de pena no Brasil.

Sobre a pesquisa de “Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil” e a relação com essa conjuntura apresentada, um dos grandes objetivos da pesquisa era tentar entender de forma particular a dinâmica da violência no Brasil, mas tendo como foco a questão das chacinas, que são esses homicídios com três ou mais vítimas fatais, termo jornalístico cunhado para se referir a este tipo de caso. Ao observar essa forma de violência mais extremada, o objetivo era compreender quais os atores envolvidos, as supostas motivações por trás desses indicadores e, a partir dessa reflexão, pensar alternativas de atuação específica para cada um dos contextos.

O problema enfrentado foi que chacina, por ser um termo jornalístico, não tem uma produção de estatísticas oficiais ou levantamentos que tratem desse tema a partir dos registros policiais, não existe essa tipificação no código penal. Assim, a alternativa foi construir um banco de dados a partir de notícias de imprensa. Os campos do banco foram pensados para caracterizar as ocorrências, as vítimas, os autores, instrumentos utilizados, supostas motivações e repercussão dos casos.

1. Associação Nacional de Travestis e Transexuais <<https://antrabrazil.org/>> (acessado em 15 de setembro de 2021)

A pesquisadora responsável trabalhou na leitura das notícias e no preenchimento do banco de dados, estes foram coletados com o termo “chacina” a partir do Google Notícias, referenciando por período de tempo semanal. Após a leitura, caso se enquadrasse enquanto chacina, os links eram salvos e as informações preenchidas na planilha. É apresentado, por fim, uma análise desse banco de dados e do trabalho de coleta realizado. A partir dele foi possível pensar um mapa das chacinas para entender melhor as questões políticas colocadas e as diversidades na forma de manifestação da violência e, mais especificamente, das chacinas, nos diversos territórios brasileiro.

Inicialmente a base de dados continha casos de 2016 a 2018, no ano de 2020 foi atualizada com os anos de 2015 e 2019, os principais cruzamentos apresentados no evento comportavam os casos de todo período coletado, mas alguns ainda não foram atualizados e representam apenas o primeiro período (2016-2018). Nos dados mais recentes, de 2015 e 2019, foram mapeados 408 casos de chacina na imprensa e foram contabilizadas 2.061 vítimas fatais.

O ano com maior número de ocorrências foi 2017, quando houveram alguns casos de rebelião em presídios no Norte do país com uma grande quantidade de vítimas fatais e isso se manifesta em nosso banco de dados, nesse mesmo ano foram 558 vítimas fatais em casos de chacinas. O cenário das chacinas mapeado a partir das notícias corresponde ao aumento do número de mortes violentas intencionais no Brasil. A partir desse dado, percebemos que a curva das chacinas acompanha a dos homicídios, demonstrando estar alinhado com o movimento geral de violência no país. No total de casos por Unidade da Federação, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia tiveram maior número de casos, e só não foram encontrados na imprensa relatos de casos de chacinas no Espírito Santo e Amapá.

5.2. Sofia Toledo

Sofia Toledo, pesquisadora responsável pela coleta do banco, também fez uma apresentação do ponto de vista metodológico e reflexivo, evidenciando outras violências e apagamentos que a maneira de veiculação dos casos propaga. Os dados são importantes, mas é ainda mais relevante o processo de apagamento pós morte que as vítimas sofrem pela mídia jornalística, há uma ausência de inúmeras informações básicas como nome, idade e ocupação/profissão. Quanto à informação de raça/cor, além de um desinteresse na discussão sobre o perfil racial das vítimas, temos uma quantidade exorbitante de casos que não ganham repercussão na mídia e, na maioria dos casos, as vítimas são estigmatizadas como envolvidas com tráfico de drogas e com facções criminosas.

Temos no imaginário coletivo diversos casos de chacinas, no levantamento desses 408 casos, pouquíssimos tiveram repercussão, a grande maioria caiu numa vala de esquecimento. Há uma ausência de dados que permitam humanizar as vítimas, não só as fatais, mas todas as pessoas que têm suas vidas afetadas por esses atravessamentos letais.

Essa defasagem em relação às informações ao campo raça/cor, que dificulta o debate sobre os corpos que são atravessados pela violência, também tem relação com o desinteresse na humanização dessas vítimas por parte da mídia jornalística.

Uma vez que a fonte dessas notícias são os policiais na cena do crime, dá-se um privilégio à narrativa hegemônica e dominante em relação a esses casos, são esses os sujeitos que narram a descrição dos casos que nos informam. A fonte jornalística contribui para construção do imaginário coletivo e para descrição do fenômeno e há uma grave ausência de outras narrativas que apresentem um contraponto ao discurso oficial apresentado pelos agentes de Segurança do Estado nas reportagens.

Nós temos que discutir o viés da fonte utilizada na pesquisa de chacinas, e quando apontamos que há uma ausência de informações fundamentais, isso por si só já é um dado relevante. O desinteresse da mídia jornalística em discutir o perfil racial das vítimas, em priorizar sempre a versão dos policiais, sem interesse em ouvir familiares, moradores locais e movimentos sociais aponta para um processo histórico e político de esquecimento e apagamento que necessita de contínua atenção e devemos pensar estratégias de como disputar esse campo.

Quem questiona esse discurso vigente que estigmatiza os envolvidos e reforça uma naturalização da morte de pessoas negras são os movimentos sociais. Há muitos movimentos que surgem a partir de casos de chacinas como Mães de Osasco, Mães de Maio, mas para além disso a atuação desses atores trabalha a nossa memória em relação a estes casos, para que possamos nos recordar da importância do processo de humanização das vítimas e para continuar disputando uma narrativa que não seja a de um olhar estigmatizado e que reforça a vulnerabilidade e o silenciamento em torno das experiências vivenciada pela população negra no Brasil.

A repercussão que esses casos ganham na mídia jornalística é influenciada também pela região em que ocorrem, o Sudeste ganha centralidade na cobertura em detrimento de outras regiões como Norte e Centro Oeste que tem seus conflitos locais invisibilizados nas discussões na esfera pública. A suposta motivação apresentada também influencia na cobertura, casos envolvendo mercado de drogas, crime organizado, recebem pouca atenção e as investigações (quando existentes) não são acompanhadas por esses veículos jornalísticos. As características das vítimas também ganham relevância, uma vez que corpos negros são carregados por um olhar estigmatizado, fortemente associado à criminalidade e desordem, que impossibilita uma discussão sobre a predominância desse grupo social entre as vítimas da violência letal, sendo alvos constantes de violação de direitos.

A atuação dos movimentos sociais não é só importante para a quebra da narrativa dominante e para uma pressão em torno da investigação e apuração dos casos, mas também para construção da memória destes e das vítimas. Porque se hoje conseguimos acessar casos antigos, documentos e notícias por meio do ambiente virtual, as narrativas presentes vão ser aquelas que construirão nossa memória e imaginário,

portanto, a disputa desse campo é de suma importância na luta pela vida.

O espaço do seminário e o documento que dele vai sair, uma agenda comum das periferias, pode não parecer ter o impacto efetivo que desejamos de mudança, mas tem uma importância simbólica também para o futuro, como registro das reivindicações dos movimentos sociais periféricos sobre o que estava sendo dito sobre violência, isso é essencial numa disputa de narrativa e de construção de outras memórias. O espaço do seminário é uma potência para construção de registros documentais de outras narrativas que não a hegemônica.

5.3. Juliana Borges

Há importância em observar o papel da mídia quando vamos pensar nas chacinas e buscar a compreensão de como um tipo de crime tão bárbaro sofre um silenciamento e invisibilidade tão grande. Seria importante explorar mais a questão da morte como espetáculo, a perspectiva da politização das mortes, as chacinas enquanto ação ao efetuar o extermínio dessas pessoas, e o discurso, muito presente nas comunidades marcadas por esses episódios, de que há um recado dado em cada caso, não é por acaso a escolha por esse tipo específico de repertório de ação. O quanto a mídia sustenta essa perspectiva de que por um lado há uma banalização das mortes, mas por outro, uma espetacularização. A maneira como se fala das mortes corrobora para o apagamento dos sujeitos envolvidos nesses casos, por isso a importância da discussão sobre a regulação dos meios de comunicação quando se discute violência no Brasil, especificamente, as chacinas.

Nos locais onde ocorrem esses casos de chacinas há quase uma equiparação entre vias públicas e residências. É interessante refletir sobre o que significa a politização dessas mortes, porque se acontecessem majoritariamente nas vias públicas, o fator político estaria colocado explicitamente, via pública, ambiente de passagem, espaço político, coletivo e público. Quando ocorre em residências, entra na esfera privada, e sofre um atravessamento de gênero, parece que muitas das chacinas em ambientes privados as vítimas são crianças, mulheres. A dimensão política que essas mortes vão ganhar traz elementos para reflexão.

O fator da presença das polícias, mesmo quando percebemos que há 16 chacinas em decorrência de atuação policial e um aumento dos casos cuja motivação apresentada foi envolvimento com tráfico de drogas e facções criminosas, o quanto isso não é um discurso facilitador, reforçado pela mídia que sustenta essas versões a partir da coleta da versão dos policiais, que muitas vezes são os únicos informantes. Esse é um expediente alternativo do Estado de imposição de poder.

5.4. Réplica: David Marques

Se temos um nível tão grande de violência e homicídios, por que precisamos de chacinas? Um evento que tem esses aspectos de espetacularização, que tem como objetivo deixar uma marca, a característica de diversas vítimas fatais em um mesmo evento deixa a impressão de um recado dado. A reflexão levantada na pesquisa *Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil* e no projeto Reconexão Periferias, é que eventos dessa magnitude, dessa natureza, tem a capacidade de transmitir algum tipo de mensagem, em alguma medida, parece que a utilização de chacinas tem se tornado um certo repertório dentro da gramática conflitiva do nosso país. A maior parte dos conflitos sociais no país tem potencial de escama para resolução violenta, temos visto, inclusive, a violência aparecendo cada vez mais na disputa política institucional, como foi o caso do assassinato de Marielle Franco e também as eleições municipais de 2020 que foi marcada por homicídios e diversas tentativas de homicídio.

As chacinas têm aparecido e emergido com frequência como ferramenta de disputa em conflitos, na pesquisa pudemos perceber cruzando a suposta motivação dos casos com a Unidade da Federação, que a dinâmica das chacinas e de quando são acionadas, pode ser lida de acordo com os principais conflitos que se manifestam naquela região do país. Por exemplo, os casos cuja motivação foi “operação policial”, “atuação policial”, ou ainda os que houve “suspeita de participação policial”, encontramos estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Bahia, que tem problemas com a forma de atuação da polícia, por mais que seja uma questão presente em todo país, ele se concentra em alguns estados quando analisamos as motivações nos casos de chacinas coletados. São estados que apresentam problemas de falta de controle sobre a polícia atuando em serviço ou operações, mas também com policiais fora de serviço.

Os casos de conflito agrário, por exemplo, disputa fundiária, luta pela terra, em 2018 teve a chacina em Pau D’arco e casos desse tipo têm emergido nesses contextos de conflitos e são marcados pelas características destes. O elo em comum é que todos eles estão utilizando a chacina como um mecanismo, como um instrumento para tentar transmitir uma mensagem que faz sentido para quem está envolvido naquela gramática conflitiva. Quem está naquele território sabe o que está sendo dito, a mensagem que está sendo transmitida e recebida.

Ao observar a chacina do Jacarezinho, foi dito a respeito da operação da polícia civil que desde de manhã as pessoas já sabiam que um policial havia sido ferido, e o medo e insegurança foi instaurado entre os moradores locais, foi uma operação de vingança. Quem está no território consegue entender essa especificidade. A entrevista coletiva dos delegados sanou qualquer dúvida quanto a isso. Temos uma espécie de ideologia de como lidar com esses problemas que permeia boa parte do aparato policial e é pouco disputada nesses espaços. E agora, operações como a de Jacarezinho, vêm colocar isso na conta dos ativistas, dos movimentos sociais, de pessoas que se preocupam em fazer a crítica dessa situação defendendo que a polícia precisa ter controle. Então, de fato, as chacinas tem característica de transmitir algum tipo de mensagem que é captada por aqueles que entendem os signos daquele conflito.

06

UM PROJETO POLÍTICO DAS PERIFERIAS PARA O BRASIL



A mesa de encerramento teve como objetivo recuperar as discussões levantadas em ambos os dias de evento, provocando reflexões norteadoras para construção da agenda política comum das periferias. Foram discutidos os possíveis caminhos na atual conjuntura e como qualquer transformação deve partir daqueles que habitam as bordas, as periferias.

6.1. Rosane Borges

Pensar um projeto político a partir das bordas e das margens não é um desejo por ingressar na macropolítica, mas inclusive, de questionar essa macropolítica de vida. Para pensar num projeto emancipatório a partir das periferias, temos que voltar para as margens, para além da dimensão geográfica, observar também a dimensão simbólica dessas periferias. Uma autora para pensar ser habitante da periferia é bell hooks, no livro “Da margem ao centro”, ela usa a ideia de margem para dizer que não é só um lugar da falta, da destituição, mas também um lugar onde nós, mulheres negras, nos reinventamos, é o lugar da autonomia. Nós nos autonomizamos, nos emancipamos, mas continuamos nas margens. A ideia de empoderamento que se criou, uma categoria legítima, às vezes confunde. Muitas vezes não é empoderamento, e sim, emancipação a partir das margens, das bordas, das periferias.

Outra ideia é a de borda de Vonnegut, que diz que *“da beirada se pode ver todo tipo de coisa que não se pode ver do centro, grandes coisas, inimagináveis as pessoas na borda veem primeiro”*. De acordo com Walter Benjamin, *“nas circunstâncias ordinárias, a maior parte das pessoas acaba por ver, mas quando já é demasiado tarde, quando já se tornou impossível não ver e quando isso, não servem mais a nada”*. Os fenômenos de vidência para o autor, consistem naquilo que parte da sociedade que via aquela quantia de intolerável, e via também, a possibilidade de algo diferente. Sem exageros, pensar um projeto a partir da periferia é saber que temos essa expertise, não apenas pela inteligência, mas fundamentalmente, nós temos legitimidade e devemos protagonizar qualquer ação revolucionária, porque habitamos na borda, e ao sermos periféricos vemos tudo antes, é uma questão de lógica e posicionamento. É só essa parte da sociedade que vê o que há de mais intolerável e só essa parte que vai pensar na possibilidade de algo diferente. Os encontros do Reconexão Periferias, como o presente, são essa afirmação de ver algo absolutamente intolerável e de pensar em conjunto algo diferente. Esse projeto de país a partir das periferias parte fundamentalmente dessas duas questões.

Está muito em voga a discussão sobre qual seria a subjetividade capaz de suportar um projeto revolucionário, sempre afirmo que é a partir das bordas, das periferias, das margens, com o protagonismo das mulheres negras e indígenas, porque é só quando anunciamos um projeto revolucionário que este pode realmente ser universal. Um exemplo é a Revolução Francesa, embora ela tenha tido um ideal universalizante, não foi a partir dessa revolução que esses ideais de igualdade, liberdade e fraternidade

se tornaram universalizantes, eles ganharam esse tom quando escravizados fizeram a Revolução Haitiana e então esses ideais ganharam mais abrangência. É sempre a borda que é capaz de anunciar um universal.

O que é enunciado a partir das discussões dos GTs do Seminário de Violência e Periferias, são aqueles elementos fundamentais, o debate sobre a mídia hegemônica e a disputa de outros imaginários, isso é importante pois não é sobre estarmos na mídia, na televisão, nas redes sociais, mas imaginário trata-se de um repositório de imagens. Essa disputa de imaginário é fundamental pois estamos falando de um projeto emancipatório a partir das periferias para pensar o Brasil. A questão que se coloca é, como podemos enunciar um projeto se vivemos os dramas e somos vitimados pela marca de sermos subalternizadas e subalternizados?

É preciso retomar a frase de Lélia Gonzalez, “*o lixo vai falar e numa boa*”, muitas pessoas ao interpretarem essa frase dizem que se trata do lugar de fala da autora, mas embora lugar de fala seja um termo estratégico do ponto de vista político, quando ela diz essa frase, não é mais o lugar de fala dela, é a fala como lugar, ela inverte. Lélia Gonzalez era uma mulher muito irônica, com conhecimento em psicanálise lacaniana, e nessa frase ela responde a pergunta da Spivak, “*pode o subalterno falar?*”, a autora indiana afirma que o subalterno não pode falar pois não pode ser ouvido, e esse é o nosso drama. Nós somos subalternas não por não falarmos, nós temos voz, nós dizemos muito, mas não podemos ser ouvidas.

Quando falamos de projeto periférico para pensar o Brasil, estamos falando de inclusão de uma gramática política, mas como fazemos para ser ouvidas quando somos também subalternizadas? Por isso, trazer a ideia de disputar um imaginário é fundamental, é preciso que disputamos a macropolítica, mas também questionarmos o que é essa macropolítica, reivindicamos participação nas esferas de poder enquanto questionamos o que é esse poder. Literalmente, pensar um projeto dessa ousadia, é que não vamos admitir nenhum tipo de enquadre, estamos em um momento adverso, duro e difícil, mas curiosamente o mais apropriado para isso.

Um vírus microscópico parou o mundo, abalou a estrutura capitalista, podemos aproveitar momentos como esse seminário para pensar nas possibilidades de zerar o jogo, de preparar nossas próprias pautas e não abrir mão delas. Pensar um projeto político de país a partir das periferias é pensar qual o tempo da decisão de voltarmos a viver da mesma forma ou de zerar o jogo. Se o vírus causou esse abalado, podemos também nos rebelar para realizar uma mudança estrutural. O que não significa que estamos invalidando o que já foi feito, é preciso recuperar ações já realizadas, o que podemos do que já foi feito, reelaborar, ressignificar ou deixar intacto.

O debate sobre democracia parece risível quando pessoas brancas, urbanas, progressistas de esquerda se assustam com a ameaça da democracia pois esse debate sempre esteve na periferia, nós temos expertise suficiente para dizer que a democracia nunca chegou na periferia. No século XIX, já tínhamos uma mulher negra em Sergipe

reivindicando escola pública para todo mundo, ou seja, não há nada que pensamos em termos de transformação e de percepção da vida que não passou pelas vozes das insurgentes deste país. Nossa estratégia para pensar o projeto é, como sair da condição de subalternizada, como podemos ser ouvidas, e como podemos fazer deste projeto algo que seja universalizante, um projeto a partir da periferias para o país, solidário com os privilegiados porque alça a essas pessoas a condição de cidadã, um projeto que visa acabar com privilégios, um país sem privilegiados significa que todos devem ser cidadãos. Como insistia Milton Santos, nós somos um país de deficientes cívicos, nem a elite é cidadã no Brasil, porque privilégio não combina com cidadania. Então, a cidadania não chegou aqui para ninguém, uns são privilegiados e outros excluídos. Um projeto nosso reivindica essa cidadania que nunca chegou, uma democracia que nunca chegou, a própria concepção de Estado está em jogo e que Estado queremos. Um projeto como esse não pode ficar mais na instância das políticas públicas, não temos Estado, não estamos na institucionalidade que nos desgoverna, mas também porque eles próprios estão matando o Estado, é a ideia do Estado Suicidário do Paul Virilio. É uma máquina de guerra que está matando o próprio Estado.

Temos que pensar um projeto assentado na reflexão sobre qual Estado queremos, é um projeto radical profundo porque não se instala em políticas públicas, vai pensar concepção de Estado que deve reconfigurar, e a partir disso trazer valores e práticas milenares dos habitantes da borda. A partir das utopias temos possibilidades de reconstruir a vida já que ela está em causa. Pode não ser para dois, três anos, mas deve começar agora, é o momento de apresentar um país que seja a partir das vozes, mãos, práticas e experiências de quem nunca foi visto como gente, de quem nunca foi cidadão, de quem nunca teve direitos.

07

DIRETRIZES GERAIS E RESULTADOS DAS DISCUSSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO



Compilado dos principais tópicos discutidos pelas pessoas que participaram dos Grupos de Trabalho nos dois dias do encontro. O resultado das discussões aponta para uma leitura da violência no Brasil, a partir das periferias e das bordas, que articula as diversas dimensões da vida que são atravessadas pela violência, que permitem um entendimento sobre o país que englobe outras dimensões da vida atravessadas pelo racismo, e procura pensar como as precariedades e desigualdades sociais, educacionais, econômicas, territoriais, impactam no aumento da incidência de mortes violentas entre jovens negros e também no fortalecimento de um sistema prisional que aprofunda as desigualdades sofridas por essa população. Os diagnósticos levantados em torno da cultura, do racismo ambiental, da educação, da memória, da política, entre tantos outros temas, é feito a partir de uma leitura interseccional que identifica como determinados grupos sociais, em especial a população negra e indígena, habitantes das periferias do país, sofrem de uma vulnerabilidade, construída histórica e politicamente, que fornece entraves para a superação das desigualdades no país e da vitimização de vidas negras e indígenas.

Cultura

- A violência contra as periferias também se manifesta na exclusão e perseguição à cultura e a arte negra e periférica.
- O debate da violência policial direcionada contra a cultura negra, ataques direcionados ao hip hop, funk, samba, funk.
- Há ausência de políticas públicas de fomento à cultura, necessidade de incentivo financeiro para projetos continuarem atuando nos territórios.
- O essencial para o setor cultural é fomento e inclusão, importantes para a superação das desigualdades.

Racismo ambiental

- O Racismo Ambiental se manifesta nas periferias com muitos alagamentos, córregos ao ar livre, ausência de tratamento de lixo, saneamento básico, reciclagem. Quem sofre os desdobramentos da negligência ambiental são aqueles que habitam as periferias.
- População negra está adoecida também pela fome e por uma alimentação repleta de veneno; é preciso atenção para as necessidades de acesso a uma alimentação que não contribua para nosso adoecimento; fortalecimento dos pequenos produtores e aos coletivos que atuam com agroecologia.

- Na cidade de Belém não existe morro, as periferias ficam em regiões geográficas que estão mais abaixo na cidade, onde alaga e conseqüentemente onde a vulnerabilidade é maior e onde morre mais gente. É preciso uma atenção até na manifestação geográfica de como as favelas e periferias se estruturam para pensar políticas públicas e para compreender as dinâmicas de exclusão territorial.

Memória

- É um contexto dramático da história do Brasil onde genocídio não é só uma palavra, mas sim justiça cognitiva de reconhecimento; importância das mortes serem interpretadas dentro do termo do genocídio do povo negro.
- Para além da raiva e da dor, precisamos dar sentido para vida das pessoas que tiveram suas mortes apagadas pela violência de Estado, a importância da luta por justiça e da preservação da memória daqueles que se foram.
- Lideranças indígenas morrendo e não há nenhuma mobilização para preservação dessas memórias e para uma responsabilização dessas mortes; saberes que são perdidos.
- O apagamento da memória é muito evidente, não temos nomes, nem idade, quem dirá história, muitas vezes essas informações básicas não conseguem ser encontradas nem em documentos oficiais. É preciso pensar políticas públicas mais comprometidas nesse sentido da qualidade e transparência das informações.

Regionalidade

- As discussões levantadas no Seminário são marcadas pelas diferentes regionalidades e isso é importante pois muda as chaves para a compreensão histórica e das disputas políticas em curso no país;
- Compreender como o racismo se manifesta e impacta a vida das pessoas nas diferentes regiões do país, considerando as especificações que diferentes estados, cidades e bairros têm entre si quando se trata das manifestações da violência e dos conflitos locais; centralidade da regionalidade do racismo para compreensão da violência no Brasil;
- Na pesquisa de chacinas, a diferença entre a quantidade de casos em cada UF, pela fonte de dados ser os jornais, aponta para um viés regional de cobertura desses veículos. Na região Norte e Centro Oeste, a cobertura é muito menor quando comparada ao Sul e Sudeste. Existe a subnotificação, a mídia não dá conta da cobertura de tudo, mas existe esse foco em determinados estados que invisibiliza o que acontece em outras regiões.

- Belém/PA é uma das cidades mais perigosas do mundo, com maior índice de pessoas negras no estado. Mês a mês ocorrem chacinas em bairros da capital paraense, as milícias estão consolidadas nesse território, a população vive com medo do “carro prata” associado no cotidiano local à este grupo. O Pará é um dos lugares com maior índice de participação de policiais nos assassinatos nos dados da pesquisa “Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil”.
- As maiores chacinas do país são nas regiões Norte e Nordeste, há casos com números exorbitantes de vítimas e muitos deles ocorreram em presídios.
- A invisibilidade das mortes que ocorrem na região Norte do país é reforçada pela mídia, mas também pode ser notada em discussões políticas, quando há uma presença menor de pessoas, coletivos dessa região nos espaços de formulação política.
- No Acre, a situação é muito delicada, há dois bolsonaristas, prefeito e governador. Não tem nenhuma compreensão de política pública para mulher, para população negra ou indígena, só políticas de morte. Dificuldade regional de se relacionar, cada lugar tem sua especificidade, mas a violência é universal. O Acre tem 72% da população preta e a impressão que se tinha era que o Acre era indígena.
- Teve um caso em 2019, a milícia tentou matar uma pessoa, que dizia ser de facção, mas eles não conseguiram tirar a vida da pessoa e ela foi encaminhada ao hospital. A vítima internada em estado grave no hospital e no outro dia, a milícia invadiu o hospital para matar essa pessoa e conseguiram, foi outro caso que não foi noticiado (Belém/PA).
- Pensando no Acre, todos os dias há notícias de assassinatos de meninos e meninas envolvidos com facções criminosas. Quando esses morrem, pouco importa a idade e automaticamente o estigma de envolvimento com facções. Há ausência de mídias alternativas e as mídias hegemônicas muito racistas não encontram contrapontos e reforçam essa marginalização.
- Maior população carcerária é no estado de SP, mas a maior carcere de negros é na BA; diferenças regionais no sistema penitenciário.
- Invisibilidade do racismo que ocorre no sul do país, caso Beto Freitas teve repercussão, mas a manifestação de membros da KKK foi completamente invisibilizada nas outras regiões do país; dificuldade de reconhecimento do racismo fortemente presente no sul e de fortalecimento dos movimentos negros locais.
- Violência do Estado nas periferias de São Paulo; violações cometidas pela polícia nas periferias tem respaldo legal, a violência letal cometida por esses agentes é legitimada pelo sistema de justiça; “pré crime” na zona sul que justifica violações e situações forçadas pela polícia “se não fez, vai fazer”;
- Foco na questão da educação: em BH, a única vereadora negra (Macaé Evaristo) fez um projeto para garantir o acesso à internet para jovens estudantes nas escolas. Já

havia projeto para implementação do EAD antes da pandemia, além da privatização do ensino – cujas consequências em termos de exclusão são enormes. E exclusão também é violência. Falta de acesso modifica a vida de uma criança em relação às outra.

Feminicídio

- O feminicídio político tem acontecido cada vez mais em Teresina, vitimizando principalmente as jovens em vulnerabilidade social e econômica.
- Aumento de feminicídio e da violência contra a mulher no Governo Bolsonaro;

Mulheres Negras

- Os nossos debates, sobretudo o debate sobre violência, precisa ser norteado pelo paradigma do Bem viver – a bandeira levantada pelo movimento de mulheres negra no Brasil;
- Com a decisão do Supremo Tribunal Federal de 2020, as eleições em 2022 disponibilizarão maiores recursos para candidaturas negras e de mulheres. Tendo isso em vista, é necessário já começar a fortalecer o debate de como usar esta verba para fortalecer o debate sobre violência racial e de gênero.

Juventude

- Há necessidade de fazer um debate qualificado que traga a realidade de como os jovens adolescentes são tratados nos sistemas socioeducativos, especialmente os que estão em privação de liberdade.
- Programa Juventude Viva como inspiração de política pública.
- Política focal para a juventude, que é quem inclui digitalmente pais, avós num contexto de tecnologia – inclusive para acesso a políticas públicas.

Educação

- Trabalhar as questões como o ensino sobre África e afrodescendentes, implementando efetivamente a lei 10.639 nas escolas; trabalhar a memória e ancestralidade nas crianças e jovens.

- Pessoas brancas devem ser aliadas na luta antirracista, é necessário que discutam o racismo e a branquitude e não glamourizem o sofrimento que essa estrutura de poder infringe sobre a população negra e indígena.
- Questão fundamental: Os não-negros precisam estar conosco. Não é só o negro que precisa falar sobre racismo. Brancos estão em espaços de poder, brancos alimentam o racismo e se beneficiam dele. Combater o racismo e enfrentá-lo.

Mídia

- Problemas com a divulgação da mídia, que culpabiliza as próprias vítimas.
- Necessidade de se discutir as questões de violência associadas a uma estratégia de comunicação dedicada ao campo progressista mais geral. Esta é uma forma de inserir as questões ligadas à violência no centro do debate.
- A imprensa nunca tem os dados de que cor aquela pessoa que morreu tinha, mas quando é para falar quando é para falar de bandido, sempre fala que são negros, como se vestem, como se portam, reforçando esse estereótipo do negro bandido.
- Incentivo aos coletivos de comunicação e jornalismo periférico e alternativo para enfrentar a questão da imprensa, para que os debates levantados nesses territórios possam ganhar mais visibilidade e espaço no debate público.
- Os dados em torno do perfil racial das vítimas deveriam ser oficiais, é muito importante termos fontes comprometidas, como a Ponte Jornalismo, Alma Preta Jornalismo, que buscam explorar esse aspecto nos casos de violações de direitos, mas isso não isenta a responsabilidade do poder público em torno da produção e difusão desses dados.
- Atenção ao papel da mídia que é impulsionador dessas violências e se utilizam de imagens de controle e naturalização dessas mortes.

Políticas Públicas

- Internet universal como política de acessibilidade.
- As políticas públicas devem ser pensadas e implementadas levando em consideração as diferenças na dinâmica da violência em cada região; políticas de segurança pública que contemplem as diferentes manifestações do racismo de acordo com a cultura local.
- Não podemos interpretar estatística só como números porque a estatística é fundamental para basear as políticas públicas, orçamento da política pública precisa ser

direcionado para a população negra e para os territórios com maiores índices de genocídio.

- Precisamos falar de orçamento, de investimento nas comunidades. Pesquisas que a Iniciativa Negra vem desenvolvendo cruzando orçamento dos bairros e territórios com maior índices de violência (bairros com muitos homicídios e nenhum orçamento na área de cultura), precisamos pensar subsídios para políticas públicas, pensar a relação entre violência, segurança pública e orçamento.
- Problema da autodeclaração de raça/cor com maioria das pessoas que se declaram pardas.
- Publicações de editais para que grupos e coletivos tenham acesso a orçamento para efetivar suas atividades.
- A violência é atravessada por múltiplas questões: raça, gênero, território. Metodologias que podem ser pensadas, como as que o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) tem tentado aplicar. A violência como falta de políticas públicas, quais políticas públicas podem ser utilizadas para enfrentar essa violência? Pelo CEDENPA, por exemplo, o lazer é visto como política. Há várias atividades como capoeira, gincanas, as histórias africanas, pinturas, oficinas de trança, essas atividades também ajudam no trabalho de enfrentamento da violência.
- Rede de Observatórios, que já monitorou 18 mil eventos em cinco estados, onde pesquisadores captam informações. Chacina é um dos eventos monitorados.

Legislativo

- Leis poderiam ter planos de ação política direcionados à população negra; ativismo dos direitos humanos e movimento negros precisam estar presente no âmbito legislativo.
- A reivindicação de criação de leis dá conta quando sabemos quem são os operadores da lei? Quais são os limites das nossas propostas no atual contexto do Judiciário e Legislativo?

Judiciário

- Há também a violação cometida pelo judiciário, que dá aval às violações cometidas pela polícia; ilegalidade de condenações por fotos e por outras provas não legítimas;
- A atuação das instituições de justiça também precisa figurar com mais frequência quando se trata de discutir violência de Estado, uma vez que a responsabilização dos agentes depende da atuação dos tribunais.

- É preciso focar a cobrança também sobre os julgamentos de policiais, mas questionando quando há julgamento, quais policiais são condenados? O perfil normalmente são policiais negros.
- Debate sobre cotas no Judiciário;

Segurança Pública

- Não discutimos a desmilitarização da polícia militar, mas discutimos a militarização da guarda municipal.
- Precisamos olhar mais os controles da polícia: Ouvidoria, Ministério Público, Corregedoria, que precisam cumprir efetivamente o papel de fiscalização, não de mediação; isso fomenta um esquema do Judiciário feito justamente para não funcionar; o sistema racista é todo um sistema que legitima isso, os assassinatos, o genocídio.
- Guerra às drogas como um dos arcabouços mais bem equipados de continuação do genocídio do povo negro brasileiro; exemplo da chacina do Jacarezinho.
- Políticas de guerra às drogas é uma discussão racializada, é a ferramenta para o racismo estrutural.
- Discussão sobre ilegalidade e guerra às drogas no mundo do trabalho informal. O que significa manter essas parcelas da população marginalizadas dando sustentação à criminalização e ao extermínio?
- Pensar economia das drogas, falar de comerciantes ao invés de traficantes; esse é um mercado que foi tornado ilícito, nem sempre o foi; economia colonial que foi baseada nas drogas.
- Precisamos publicizar a dificuldade de acesso dos dados produzidos pela segurança pública; possibilidades de parceria com a Rede Observatório da Segurança; Necessidade de forçar o Estado a produzir dados.
- O aumento da posse de armas terá impacto brutal e tende a aumentar o número de mortos. E além da entrada de armas, a carta branca que todo policial tem para matar no horário livre. O Brasil corre o risco de se tornar um produtor de armas com a saída das indústrias de automóveis, pois vai sobrar ferro.
- Nem os policiais defendem a liberação de armas, é risco para a população e atrapalha as políticas de segurança.

Ministério Público

- Estatuto da Igualdade Racial e Constituição que apostam no Ministério Público para atuar de maneira estrutural nos casos da atuação policial e genocídio da população negra.
- Precisamos aumentar o tom e a cobrança ao Ministério Público.
- O Ministério Público é conivente com a violência policial voltada a pretos e pardos.
- Responsabilidade do MP nesses casos, não atuam de forma a coibir isso (arquivamentos, penas leves) e judiciário também (casos de tortura)

Movimentos sociais

- Necessidade de interação entre ativismo popular, ativismo acadêmico e ativismo legislativo, a simbiose e cooperação entre os vários atores apresenta maiores possibilidades de conseguirmos avanços.
- “Quem fala por nós e defende nossas causas?”; falamos de mulheres negras e homens negros no poder, mas que poder essas pessoas tem quando chegam a política? Como tornar a militância de fato algo concreto?
- Devemos construir a narrativa da defesa radical da vida, contrapondo a política de morte que combina pandemia, destruição de empregos, fome e armas.
- Os grupos conservadores se apoiam na defesa da vida como argumento (quando falam de drogas e aborto, por exemplo), mas na prática representam uma política de morte.
- Conclusão unânime de que é preciso pensar formas mais explícitas e chocantes de mostrar a violência que está acontecendo e vem sendo ignorada pela imprensa tradicional, tratada apenas em notas de noticiários.

Chacinas

- Chama a atenção o termo chacina ser um termo unicamente brasileiro.
- A chacina como uma ferramenta de ação, como espetáculo para chamar a atenção aos conflitos locais em andamento.
- Contornos diferentes de uma região para outra, diferentes de motivações por região, com exceção dos feminicídios, que ocorrem em todas as regiões.
- Sobre o assassinato de 6 pessoas, uma comunidade rural, aconteceu em janeiro, 6 homens estavam num bar e foram assassinados e um jornal classificou como chacina. Pesquisando em jornais depois, nenhuma discussão sobre isso foi encontrada, ape-

nas um único veículo relatou. Papel racista e desumano da mídia, precisa ser pautado em um debate a nível nacional, por uma mídia mais democrática. Isso é muito perigoso por parte deles, é uma espetacularização negativa.

- Dificuldade de encontrar dados sobre as vítimas.
- Subnotificações em outros estados fora do eixo Sul e Sudeste.
- Ausência dados sobre o perfil racial das vítimas, mas quando é um agressor, infrator e é negro fazem questão de mostrar a imagem para reafirmar estigmas.
- Apesar da importância das mídias alternativas, é necessário uma pressão para produção dos dados oficiais sobre as chacinas.

PT e Eleições

- Estouro de morte de pessoas negras em governos petistas; necessidade de discussão do PT e do Lula com o movimento negro.
- Dificuldade de colocar tema do racismo e segurança pública dentro dos partidos, dentro dos governos.
- A estrutura e a engenharia racista estão presentes na esquerda. Mas há resistência, organizações, movimentos: Geledés, MNU.
- “Falo há 30 anos de genocídio da juventude negra no Brasil. A esquerda e o PT precisam entender que nós estamos por nós desde sempre”. Malu Viana .
- Até o golpe, havia um tripé de políticas sociais: juventude, população negra e mulheres. É urgente que para já tenhamos centralidade no que é central. A luta das mulheres, dos movimentos sociais.
- A descentralização ocorrida nos governos Lula e Dilma possibilitou a alguns municípios manter políticas.
- Incentivar mais os coletivos (lista mídias paralelas nacionais), listagem com coletivos nacionais que têm atividades de combate a violência e dar visibilidade nacional para coletivos locais.

**APÊNDICE: CARTA PÚBLICA DOS PARTICIPANTES
DO SEMINÁRIO CHACINAS E VIOLÊNCIA NAS
PERIFERIAS - CHACINA DO JACAREZINHO**



Nós, participantes do *Seminário Chacinas e Violência nas Periferias*, estávamos justamente discutindo os assuntos de homicídios de jovens negros, feminicídios e chacinas, baseados em duas pesquisas que o projeto estava apresentando, quando soubermos do crime cometido na Favela do Jacarezinho, na cidade do Rio de Janeiro. Por uma destas ironias da vida, na pauta do seminário estavam justamente os assuntos homicídios de jovens negros, feminicídios e chacinas, baseados em duas pesquisas que o projeto estava apresentando.

A incursão da polícia civil do estado do Rio de Janeiro que resultou em ao menos 28 mortos, incluindo um policial, inscreve-se como a maior chacina da história do estado e tem raízes na tradição brasileira de solucionar conflitos de forma violenta, sendo os homicídios múltiplos um repertório de ação muito utilizado para determinados grupos.

Isto é muito visível nos dados apresentados. Entre 2015 e 2019, foram identificados 408 casos reportados como “chacina” pela imprensa, contando com três ou mais vítimas fatais. Estes casos contabilizaram 2.061 mortos. A alegada causa mais frequente dessas ocorrências é sustentada por uma política de guerra às drogas, e em mais de um quinto dos casos há policiais envolvidos.

O que isso vem nos dizer? Como afirmou o Centro de Populações Marginalizadas, trata-se de um ritual de sangue, e a todo ritual importa dar atenção ao que os atores estão dizendo quando os corpos negros são mortos e imagens são publicadas e transmitidas em rede nacional e nas redes sociais. Quem está no centro da cena está criminalizando os mortos e, ainda, quem defende os moradores de abusos e todo o associativismo por direitos humanos.

Não há planejamento nem técnicas que justifiquem a morte de 27 civis e um policial. Trata-se de um ato político de demonstração de poder de grupos organizados que estão profundamente inseridos nos sistemas econômico e político. Polícia, bandidos ou qualquer outra coisa que se localize entre um e outro escudam-se na visão racista de que todo morador de favela é bandido para matar qualquer um que nestes bairros se encontrem.

Enquanto isso, grande parte dos homicídios no Brasil segue sem resolução judicial, o que quer dizer uma acolhida harmoniosa dos assassinos responsáveis por essas mortes. Em outras regiões menos prestigiadas pela mídia de massa dos países, várias formas de chacinas também vêm ocorrendo, tanto provocadas por policiais quanto por milícias, e ainda há aquelas que ocorrem em presídios.

É preciso lembrar e reforçar que, se existe alguma visibilidade e humanização destas vítimas, ela se deve à militância e ao ativismo de diversas matizes, de mães, amigos e familiares das vitimadas pela violência policial, dos movimentos negros, dos direitos humanos, entre tantos outros.

Todos os setores democráticos devem ir além das tecnicidades das explicações oficiais e fazer a crítica política mais ampla e profunda sobre o que representam estes grupos que usam o expediente da morte ritualizada como forma de disputa de poder e oferecem os corpos negros e pobres para o sacrifício público, como emblema do processo de genocídio negro no Brasil. Querer justificar a morte, qualquer morte, é querer negociar a vida. E a vida é inegociável.

7 de maio de 2021.

APÊNDICE: CARTA DO RIO GRANDE DO SUL PARA O BRASIL VER...



Nós, dirigentes do Comitê Gaúcho em Defesa de Cotas e Ações Afirmativas na Destinação dos Recursos da Lei Aldir Blanc para a população negra exigimos a democratização, transparência, monitoramento e fiscalização pública do orçamento regional da Lei Aldir Blanc sendo que parte dessas verbas sejam distribuídas proporcionalmente à população negra afro-gaúcha que perfaz cerca de dois milhões de habitantes.

A lei 14. 017 de 29 de junho de 2020 de autoria da Deputada Federal Benedita da Silva do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro tem destinação emergencial diante dessa crise humanitária de 113 mil mortos que em sua maioria são negras e negros. Além disto, essa Lei traz um significado simbólico apresentado por uma parlamentar, mulher negra, que a partir de sua resistência nas favelas cariocas ascendeu como cidadã e parlamentar responsável e comprometida na luta contra o racismo.

No Rio Grande do Sul existem vários segmentos sociais que expressam a cultura afro-brasileira; sociedades, clubes e associações negras, movimento hip hop, carnaval, e outros segmentos da música, teatro, audiovisual, artes cênicas e artes plásticas. São mais de 150 quilombos rurais e urbanos e milhares de terreiros de matriz africana, o maior percentual do Brasil. Os espaços da cultura negra estão sucateados, abandonados e segregados diante da hegemonia colonizadora de origem ítalo-germânica que institucionalizou o extremo sul como uma região positivista branca.

Sempre ouvimos falar em outras regiões da Brasil: existem negros no Rio Grande do Sul? Por outro lado, preserva-se o folclore ufanista da Revolução Farroupilha desconsiderando a traição aos Lanceiros Negros, em Porongos em 1844. Porto Alegre, nossa capital, é a cidade de maior disparidade racial do país entre negros e brancos segundo pesquisa do IPEA, 2017. A história da cidade traz um legado de extermínio da então maioria da população negra; bem como da desterritorialização da Colônia Africana dos bairros centrais da cidade, hoje tidos como nobres, Cidade Baixa, Rio Branco, Bom Fim, Independência, Mont Serrat e Moinhos de Vento.

Os afro-brasileiros em Porto Alegre foram segregados pela especulação imobiliária e decisões institucionais para a zona sul, Restinga, Eixo Baltazar e Zona Leste da Cidade. Este exemplo, traz a obrigatoriedade do poder público em destinar recursos para esses territórios onde há resistência de expressão sociocultural negra. A Constituição Federal, Estatuto da Igualdade Racial, Constituição e Estatuto da Igualdade Racial do RS apresentam um arcabouço de dispositivos jurídicos e legislativos que garantem o direito da população negra afro-gaúcha acessar esses recursos.

O Decreto 41.498, de 25 de março de 2002 que no uso das atribuições que lhe confere no artigo 82, inciso V da Constituição Estadual e tendo em vista a Lei 11.731 do Deputado Edson Portilho dispõem sobre o procedimento administrativo de “reconhecimento”, demarcação e titulação da terras das comunidades remanescentes de quilombos do Estado do Rio Grande do Sul. O Artigo terceiro diz que: Os limites das áreas ocupadas serão definidos de acordo com a territorialidade indicada pelos remanescentes de comunidades de quilombos, que levarão em consideração os espaços de moradia,

exploração econômica, social, cultural e os destinados aos cultos religiosos e ao lazer, garantindo-se as terras necessárias à sua reprodução física e sociocultural.

Considerando que o Grupo de Trabalho da Comissão de Educação, Cultura, Desporto Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do RS que trata dos direitos da comunidade negra foi conquistado a partir da “Campanha Nacional em Defesa de Cotas e Ações Afirmativas na Destinação dos Recursos da Lei Aldir Blanc”; sendo que essa campanha é originária e articulada em Porto Alegre em repúdio ao caso de racismo no debate da Associação de Profissionais e Técnicos em Cinema –APTC e que hoje compõem mais de duzentas organizações estaduais e nacionais signatárias oriundas da cultura negra e de instituições da mídia alternativa do Brasil pela democratização da comunicação reiteramos ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul:

- A necessidade de autodeclaração e cadastros com o quesito raça e cor e denominação específica dos segmentos regionais de expressão cultural afro-brasileira.
- A divulgação de informativos e propaganda institucional sobre os direitos da população negras relativos à Lei Aldir Blanc relativos ao cadastramento, auxílios, programas e editais.
- A orientação para que as secretarias de cultura municipais criem imediatamente grupos de trabalho com outras instituições afins em paridade com as representações do movimento social negro de cada cidade.
- A participação de Órgãos de Controle, Tribunal de Contas e Ministérios Públicos Estadual e Federal.
- O compromisso no investimento do total dos recursos no RS sem devolução para o caixa da união.
- Considerar a responsabilidade fiscal; porém não permitir qualquer coerção de ordem política partidária ao gestor público.
- Apresentar Políticas Públicas a partir da análise e interpretação do Decreto 10.464 de 17 de agosto de 2020 que trata da Regulamentação da Lei Aldir Blanc sob os dispositivos da legislação antirracista vigente que garantem direitos à população negra.
- Criação em Regime de Urgência do Plano Estadual de Cotas e Ações Afirmativas na Destinação de Recursos da Lei Aldir Blanc com diretrizes objetivas e pragmáticas diante dos dispositivos da legislação vigente; e considerando as proposições de cada segmento de expressão cultural afro-brasileira.
- Diante do orçamento total do Rio Grande do Sul, investir no mínimo, 54 % o que perfaz a população negra brasileira considerando que essa medida de Reparação deve reconhecer valores imateriais e materiais afro-brasileiros que trazem um legado de resistência ao escravismo e espoliação das civilizações africanas; sendo que seu sig-

nificado extrapola as fronteiras territoriais da cartografia federativa institucionalizada pelo racismo estrutural representado pelo Estado Brasileiro.

- Investir recursos com critério de gênero específico para mulheres negras artistas, produtoras e do povo de terreiro, comunidades quilombolas e outros segmentos tradicionais de expressão cultural de matriz africana.

Porto Alegre 21 de Agosto de 2020.

COMITÊ GAÚCHO EM DEFESA DE COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DA LEI ALDIR BLANC.